

O CICLO MIGRATÓRIO NO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO: A FUNDAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE

Marcos Júlio Sergl¹

Maria Auxiliadora Fontana Baseio²

Resumo: Este artigo estuda o processo de migração no Oeste do Estado de São Paulo, ocorrido em consequência do assentamento de posseiros vindos de Minas Gerais e de homens fugidos da guerra do Paraguai, a ocupação do espaço e o desenvolvimento da cultura caipira, a fundação e a expansão de um núcleo populacional, centralizador das atividades políticas, econômicas e religiosas, a partir da chegada da estrada de ferro e do cultivo do café. Partimos da pesquisa bibliográfica de autores fundamentais a este estudo como Antônio Cândido, Dióres Santos Abreu, Maria Ângela D'Incao e Benjamin Resende, que fundamentaram nosso pensamento a respeito do processo de inter-relação com base nas diferentes formas de concepção do cotidiano, das relações sociais e de um processo de interligação das especificidades do universo rural e urbano.

Palavras-chave: Migração. Ocupação territorial. Desenvolvimento econômico/ cultural. Relações sociais. Núcleo populacional.

Abstract: This article studies the process of migration in the western part of the State of São Paulo, occurred as a result of the settlement of squatters from the gold mines of Minas Gerais and of men fleeing the war of Paraguay, the occupation of space and the development of culture Hick, the first settlements in the region, the Foundation and expansion of a population core, Centralizer of political, economic and religious

¹ Mestre e Doutor em Artes e Pós-Doutor em comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Professor no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro. Email: mj.sergl@uol.com.br.

² Mestre e doutora em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutora em Letras pela Universidade do Minho/Portugal. Email: mbaseio@uol.com.br

activities, from the arrival of the railroad and the cultivation of coffee. We leave the bibliographical research of fundamental authors of this study as Antônio Cândido, Dióres Samal, Maria Angela D Incao and Benjamin Resende, which motivated our way of thinking about the process of interrelation from different forms of design of everyday life, social relations and a process of interconnection of rural and urban universe.

Keywords: Migration. Territorial occupation. Economic development/cultural. Social relations. Population nucleus.

Introdução

A fundação de Presidente Prudente aconteceu pela necessidade de expansão da cultura cafeeira, muito lucrativa para o Brasil no início do século XX e viabilizada pela conexão com o porto de Santos por meio da Estrada de Ferro Sorocabana, bem como pela existência de extensas áreas de terra virgem rica recoberta de florestas. Abreu (1972) relata que, é dentro do:

[...] contexto da marcha do café pelos espigões do extremo oeste de São Paulo, tendo como amparo a Estrada de Ferro Sorocabana, que se coloca o aparecimento de Presidente Prudente. A busca de solos virgens para o café, a especulação com terras e a colonização pelo loteamento de grandes glebas resumem as características do povoamento na Alta Sorocabana. Os núcleos urbanos surgiram como pontos de apoio para a exploração econômica da região (ABREU, 1972, p. 42).

A história da cidade tem início no século XIX, quando mineiros vieram para a região, após a decadência das minas de ouro, que se esgotaram, em busca de terras apropriadas para a lavoura e para a criação. Nessa região as terras eram novas, boas e com muita água para as plantações.

Grandes extensões de terra foram adquiridas por compra, posse ou “grilo” e cortadas em lotes para serem vendidas a pessoas de pequenas posses desejosas de enriquecerem com a plantação de café. E um núcleo urbano anexo à área loteada tornava-se indispensável ao bom êxito do comércio de terras (ABREU, 1972, p. 10).

Os habitantes naturais da região, os índios da etnia Guarani, também chamados Caiuá ou Caingua, Xavante, Tupiniquim e Caingang (também conhecidos como Coroados), tendo suas terras invadidas pelos homens brancos, lutaram muito para defendê-las, mas foram derrotados e recuaram para o Mato Grosso e para o Norte do Paraná, sendo apagada sua influência e sua cultura e, conseqüentemente, sua identidade.

Com base no pensamento de Stuart Hall (2011) a respeito da concepção de identidades móveis, o extremo Oeste do Estado de São Paulo recebeu, em um primeiro momento, mineiros migrantes de regiões de Minas Gerais e homens que fugiram da convocação da Guerra do Paraguai, durante a segunda metade do século XIX, com uma mentalidade de extração das riquezas e extorsão. Em um segundo momento, migrantes atraídos pela riqueza da terra, propícia à cultura do café, que estava no auge no início do século XX, assim como pessoas atraídas pela expansão da ferrovia, que propiciou a criação de núcleos urbanos, e, conseqüentemente, atraiu a circulação monetária.

Trazendo em sua bagagem diferentes concepções de pertencimento, esses diversos estratos sociais encontraram um ambiente absolutamente novo, uma terra bruta, que precisava ser desmatada para produzir, um ambiente inóspito, que exigia força corporal e mental para sobreviver em uma realidade totalmente diversa de suas origens. Nesse momento, foi necessário adequar as estruturas identitárias à nova realidade, criar novos laços com vizinhos que têm concepções diversas, em um processo de

descontinuidade ocasionado pelas transformações neste novo ambiente.

David Harvey fala de “um rompimento impiedoso com toda e qualquer condição precedente, [...] caracterizada por um processo sem-fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior” (1989, p. 12), tendo o centro de apoio se deslocado para uma multiplicidade de outros centros de apoio. Por outro lado, esse deslocamento, ao mesmo tempo em que “*desarticula as identidades estáveis do passado, [...] também abre a possibilidade de novas articulações: a criação de novas identidades, a produção de novos sujeitos*” (HARVEY, 1989, p. 18), e o que Ernst Laclau define como “*recomposição da estrutura em torno de pontos nodais particulares de articulação*” (1990, p. 40).

Recém-chegados na terra desconhecida, para sobreviver na nova realidade social, os migrantes precisaram criar elos nessa cadeia de pontos nodais de identidade e transformar essa pluralidade de identidades móveis em sentidos de pertencimento. Embora levando uma vida solitária, restrita ao ambiente de trabalho e familiar, isolado pela distância entre sua terra e a dos vizinhos, os homens precisaram se sentir parte de um grupo, de uma classe.

Nesse contexto, foram criadas normas de convivência específicas para que ele se reconhecesse como parte desse grupo. Como essas normas são fixadas a partir de acúmulos culturais individuais, cada agrupamento tem características específicas, resultantes das memórias do passado, do desejo de viver em conjunto e da perpetuação da herança, que vão diferenciá-los de outros grupos (HALL, 2011).

A especificidade do sentido de pertencimento de uma determinada localidade resulta da amálgama das identidades dos homens que se aventuram no desconhecido, trazendo consigo o conhecimento acumulado ao longo da vida. Foi isso que definiu as características de cada núcleo que se formou ao longo do percurso da ferrovia, e, em particular, da

fundação de Presidente Prudente.

Entre os primeiros habitantes da região, encontramos homens que invadiram e tomaram posse de extensas áreas de terra, para depois negociá-las por “aguadas”, terras compreendidas entre dois espigões, porque a água era indispensável para as propriedades rurais. A negociação funcionava com pagamento e bens materiais como espingardas, mulas e sacas de sal. José Theodoro de Souza foi um dos primeiros que lá chegaram por volta de 1850, amparado pela recém-criada Lei de Terras de D. Pedro II, que regulamentou a propriedade privada no Brasil.

Ele registrou em Botucatu a posse de uma gleba que ia, de um lado, do Rio Paranapanema até o espigão divisor do Rio do Peixe e percorria, do outro lado, as vinte e cinco léguas existente entre o Rio Turvo e o Ribeirão Figueira. (D'INCAO, 2007, p. 11).

Chegaram acompanhando-o João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes.

Em abril de 1877, Domingos Ferreira de Medeiros fixou residência às margens do Rio Anhumas, vivendo “com sua família num sistema de economia de subsistência cerca de 30 anos – até a abertura da fazenda Indiana, em 1907, quando começaram a surgir condições para o desenvolvimento da agricultura mercantil na região.” (D'INCAO, 2007, p. 11).

Outra leva de mineiros veio para a região, fugindo da convocação de tropas para a Guerra do Paraguai. A região era quase inacessível, fato que facilitou o surgimento dos “grileiros”. Estes vendiam terras abandonadas, com escrituras falsas, registradas por escrivães anuentes nos cartórios.

A Cultura Caipira

A região de Presidente Prudente foi dominada, nesse momento, pelo morador da roça, o caipira³. Este, nascido e criado em plena mata, longe da cidade, era analfabeto, tímido e desconfiado. Porém, em seu meio tornava-se alegre e receptivo.

Ele manteve as tradições trazidas de Portugal e as transformou no contato com os indígenas como meio de sobrevivência. Desde palavras como “pergunta”, “depois” e “vassuncê” até o “erre retroflexo”, de “Itur” e “Tieter”, crendices, lendas, hábitos, usos, técnicas, cantos, festas e danças, são fruto dessa miscigenação. (CÂNDIDO, 1987).

O caipira exercia todas as profissões necessárias na roça: lavrador, carpinteiro, ferreiro, domador, tecedor e construtor. Tinha conhecimento satisfatório dos recursos naturais, de sua exploração sistemática e do estabelecimento de uma dieta, baseada na economia de solidariedade e subsistência.

(...) ele sabe como e quando plantar e colher suas roças, apartar e tirar o leite das vacas, escolher a madeira adequada para fazer cercas, carro de bois, paiol, etc; sabe o nome das plantas, aves e outros animais típicos de sua região; ele sabe também o nome e o tempo certo de cada

uma das frutas típicas e, destas, preparar os mais variados pratos e doces; sabe fabricar vários derivados do leite, como o doce, o queijo, a manteiga e o requeijão; também sabe preparar vários derivados do milho, da mandioca e do amendoim, como a pamonha, o curau, a canjica, a farinha, o polvilho, o pé-de-moleque e a paçoca; sabe fazer a previsão do tempo à sua maneira e entende das fases e influência

³ O termo caipira designa pessoa acanhada, com tendência a esconder o rosto. Genericamente representa o roceiro, o lavrador. Originou-se do tupi “caapora”, que significa “morador do mato”.

da lua sobre as várias atividades do seu cotidiano; sabe contar casos e histórias de uma maneira admirável; tem as suas crenças, costumes e saberes consuetudinários; promovem suas festas e eventos [...] (LINHARES, 2005, p. 14).

A estrutura da sociedade caipira, segundo Antônio Cândido (1987), foi pautada pelo trabalho coletivo de mutirão nas atividades da lavoura e na indústria doméstica, que sempre terminavam em festa. Viviam do *mínimo vital*, representado pela caça e pelo trabalho na lavoura suficiente para a própria subsistência, e do *mínimo social*, representado pelas relações entre as famílias próximas.



Crédito: MAHPASN.

Figura 1 - Rancho típico dos caipiras na região de Presidente Prudente na década de 1920.

Agrupavam-se em bairros afastados das povoações, porém subordinados a elas. A unidade dava-se pela convivência, solidariedade

e atividades de caráter lúdico e religioso, como missas, rezas, terços e festas. Somente iam até o povoado mais próximo para adquirir sal e querosene. Insere-se aqui a categoria de sitiantes, posseiros e agregados, uma “*vasta camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural[...]*” (CÂNDIDO, 1977, p. 81).

Levavam uma vida regrada pela rigidez, pela obediência absoluta aos pais e pela precariedade. Por isso, a rudeza imperava em seu cotidiano, somente quebrada pelo canto, a princípio ao vivo e depois, com o advento do rádio, acompanhando seus cantores preferidos em programas diversos. Assim, passava a vida do sertanejo.

Para sobreviver nos sertões, era preciso tenacidade. Carregavam os produtos de suas colheitas em lombo de burro, percorrendo muitas vezes longas distâncias pelos picadeiros, aberturas na mata fechada, até as chamadas “pontas de linha”, vilarejos onde era possível trocar ou vender o resultado de sua lavoura.



Arquivo: MAHPASN.

Figura 2 - Rancho típico na década de 1920, de madeira e pau-a-pique, diferentemente de outras regiões coberto com telhas, tendo o paiol e o puxado onde eram guardados os alimentos e onde se cozinhava e comia.

Sua casa, chamada de rancho, no sentido de repouso, era coberta de palha ou sapé, sobre paredes de pau-a-pique, feitas da mistura de barro, pedras e madeira trançada. De chão batido, era rústica, com poucos móveis, apenas os necessários para seu descanso, normalmente dividida em quatro cômodos.

Pelas paredes, nas “estaqueiras”, a espingarda, o laço, o cabresto, o bernal, o freio, o serigote (arreio de montaria), o corote (pequeno vaso de madeira em forma de barril para armazenar água), o samburá, uma pala (manta furada no meio para uso masculino), enxadas de cabo

envernizado e um quadro com o retrato ou a pintura dos ancestrais.

Grande parte das atividades era realizada fora da casa. Acoplados a ela estavam o chiqueiro, a chocadeira, a moenda manual, o pilão de pé e os mantimentos armazenados em um paiol externo. Somente o arroz e o feijão eram guardados em seu interior. Os utensílios, como cuia de beber, pote de barro, colher de pau, gamela, prato de madeira, também eram feitos em casa, assim como o açúcar, a rapadura e a garapa.

As roupas eram tecidas artesanalmente, sendo utilizados retalhos e crochê, entre outros materiais e técnicas. Os homens usavam calça e camisa de algodão mais grosso e um colete. As mulheres, camisa e saia e as crianças, um camisolão até o joelho.

Para a iluminação, era utilizado o candeeiro de barro, com banha de porco ou azeite de mamona tendo no centro um cordão de algodão. O forno de barro, que aquecia a casa inteira, era construído no meio da cozinha.

A casa era rodeada por figueiras, coqueiros, uma horta e um pomar, além dos cochos em forquilha para água e comida dos cavalos. No quintal, entre muitas galinhas e galos, nunca faltavam flores como sabugueiros, esporinhas, malva, losna, bocas de leão, onze horas, jasmim, rosas plantadas em latas, brincos de princesa, além de legumes e frutas.

Sempre tinham por perto vários cachorros, para guarda da casa e dos animais do terreiro, aos quais davam nomes “*originais: Bismarque – Sultão – Pachá – Balisa – Clarim – Palhaço – Fidalgo – Sem Nome – Que importa – Espicula – Marengo – Piloto – Colibri – Corsário – Não sei [...]*” (PIRES, 1933, p. 14). E as crianças sempre tinham bezerros e galos como animais de estimação.

Após o dia de trabalho extenuante, os pais voltavam para casa. Como não havia luz elétrica, a lamparina ficava acesa até no máximo as nove horas da noite. Aí todos iam dormir, porque de madrugada já

estavam se dirigindo para o trabalho. Seus horários seguiam um ritmo diferente do homem urbano: acordar antes do nascer do sol, almoçar entre as oito e meia e nove horas; às onze e meia café com alguma fruta; às duas e meia, jantar; às cinco da tarde, merenda e entre sete e meia e oito horas da noite, ceia e logo dormir. (CÂNDIDO, 1977).

Nas refeições sempre constavam feijão com carne seca, orelha de porco e couve, angu ou farinha de milho, arroz, torresmo, virado de milho verde, caldo de couve. De sobremesa, frutas diversas colhidas do pomar, canjica com torrões de açúcar, doces de abóbora, cidra, batata..., terminando sempre com um café coado na hora no coador de pano. A comida e os condimentos eram preparados no fogão de lenha e o leite ordenhado e consumido na hora.

Cândido enfatiza: “O caipira come depressa, curvado sobre o prato, engolindo com rapidez depois de mastigação sumária.” Ele argumenta que esse hábito foi adquirido porque a maior parte das refeições acontecia durante a jornada de trabalho; “quanto mais rápidas forem, menor será o tempo subtraído a este e maior o pequeno repouso que as acompanha” (CÂNDIDO, 1977, p. 146).

A tradição familiar estava arraigada entre os sertanejos. O pai e a mãe ordenavam e os filhos obedeciam. Normalmente, com uma prole extensa, as crianças de oito a dez anos cuidavam dos irmãos menores, dando-lhes banho, vestindo-os, alimentando-os e levando-os à escola, além de cuidarem de todos os afazeres da casa.

As famílias de cada fazenda se reuniam após o jantar nos terreiros atijolados, que tinham a função de secar café, arroz e feijão. Nessa hora as conversas iam longe e invariavelmente terminavam nos famosos “causos”, pois sempre alguém tinha uma estória intrigante para ser narrada.

E sempre havia um cantor, que pegava a viola e desfilava as

guarânicas e as modas sertanejas, quase sempre discorrendo sobre o amor infeliz ou uma fatalidade.

A música e o canto roceiros são tristes, chorados em falsete; são um caldeamento da tristeza do africano escravizado, num martírio contínuo, do português exilado e sentimental, do bugre perseguido e cativo. O canto caipira comove, despertando impressões de zanzalas e taperas. Em compensação, as danças são alegres e os versos quase sempre jocosos (PIRES, 1933, p. 9/10).

Menezes (2008) definiu musicalmente como típicos da cultura caipira ritmos e representações, como o cururu, a catira (ou cateretê), as folias de reis, a dança de São Gonçalo, as congadas, os calangos e a moda de viola.

A moda de viola, inicialmente também conhecida como romance, é a manifestação musical mais característica da cultura caipira. É encontrada no interior do Sudeste e Centro-Oeste e no Paraná, na área denominada por Antônio Cândido (1999) como “lençol caipira”. A moda de viola é cantada sempre em duas vozes, a primeira fazendo a melodia em uma região aguda da voz, a segunda acompanhando a melodia uma terça abaixo.

O texto dessas modas, em versos longos, narra o cotidiano do caipira, as belezas do campo e seus infortúnios, como a morte do boi preferido, histórias de amor e separação, às vezes fatos verídicos. É cantado de forma declamatória e explicativa, quase falada, com melodias repetitivas em andamento lento, deixando clara sua compreensão, como se o violeiro fosse um contador de histórias.

Sábado e domingo eram dias de andar até o vilarejo mais próximo para participar da missa, visitar os amigos e parentes, fazer compras ou trocar os produtos cultivados em sua roça por outros de primeira

necessidade, ir às festas, jogar malha, caçar e pescar.

Havia as festas públicas, realizadas mensalmente nas capelas de bairro. Consistiam em leilões em benefício do santo de devoção, após a parte religiosa, cujas prendas eram sempre alimentos, consumidos imediatamente em caráter de refeição coletiva e as festas privadas, rezas para cumprimento de promessa, aniversários e casamentos, sempre seguidos por baile.

A Política Nacional de Integração e Ocupação do Território

Havia no Brasil no início do século XX o ideal de integração e ocupação do território, ocasionado pelo medo da perda da unidade nacional, fato que levou o governo central a incentivar a migração das regiões litorâneas para o interior. Havia ainda o problema de isolamento dos caipiras e mesmo dos grandes latifundiários, também negativos para o controle do território.

Nesse aspecto, a falta de estrutura mínima de locomoção dos caipiras da região do extremo oeste paulista motivou a abertura de um caminho em 1893, por Hummel, ligando a povoação de Campos Novos do Paranapanema ao Rio Paraná, para chegar ao Mato Grosso, a chamada Estrada Boiadeira, que atravessava a mata e beirava o rio Santo Anastácio. Muito precária inicialmente, foi reestruturada pelo coronel Arthur de Aguiar Diederichsen, ficando pronta em 1908 (D'INCAO, 2007).

Morando em uma região coberta por densas matas, habitada por muitos animais, tais como: onças, capivaras, antas, veados, macacos-prego, tucanos, araras e outros, os donos das pequenas propriedades viviam completamente isolados. A abertura da Estrada Boiadeira facilitou o contato entre esses habitantes. Essa era a realidade no momento da

concretização dos projetos de colonização do Oeste paulistano.

Para efetivar a ocupação desse extenso território, o governo central investiu na implantação de um novo meio de transporte, facilitador do deslocamento, a ferrovia. Também entrou em cena, nesse momento, a figura do coronel, dono de extensas porções de terra, que garantia a mediação entre o poder central e a periferia e a subsistência desta.

Os núcleos densos, no interior, eram pequenos e isolados, carentes de funções urbanas, sem vida econômica própria que justificasse uma burguesia urbana local, e sem condições de representar efetivamente o governo central. A vida municipal era manipulada de uma maneira ou de outra, pela classe latifundiária local. [...] As formas dominantes de organização rural e o povoamento simultâneo, ao lado dos grandes espaços com escassez de comunicação, tornavam portanto o poder central necessariamente distante e mediatizado por estruturas locais, controladas mais ou menos monoliticamente pelos senhores da terra. (BALÁN, 1975, p. 19/20).

Portanto, três fatores determinam o surgimento de Presidente Prudente: a “especulação e venda de terras, a expansão cafeeira e paralelamente, a expansão da malha ferroviária paulista; além de ligar-se a outros aspectos da história nacional, tais como a imigração e a colonização dos sertões” (LUZ, 2012, págs. 175).

É nesse contexto que fica impossível pensarmos na fundação da cidade de Presidente Prudente sem nos atermos aos coronéis Francisco de Paula Goulart, nascido em cinco de fevereiro de 1879, no distrito de São Joaquim da Serra Negra, hoje Alterosa, município de Alfenas, Minas Gerais, falecido em 28 de setembro de 1968, em Presidente Prudente, e José Soares Marcondes, natural de Barra Mansa/RJ em 1880, falecendo em São Paulo/SP, em 1936, tendo sido seus restos trazidos para o Cemitério São João Batista, em Presidente Prudente (REZENDE,

2012). Ambos, comerciantes e herdeiros de terras da região, viram a oportunidade de enriquecimento quando o traçado do percurso da estrada de ferro contemplou seus domínios.

O Coronel Francisco de Paula Goulart organizou um grupo de trabalhadores sertanejos, em sua maioria seus parentes, em Assis, onde morava, em setembro de 1917 e veio até Indiana de trem. A partir daí pegou o trem dos operários da ferrovia e chegou até a localidade denominada Memória (hoje Regente Feijó).

De lá, veio a pé pela Estrada Boiadeira e pela picada da ferrovia até chegar ao Alto Tamanduá, perto da estação que estava sendo construída, e que seria a de Presidente Prudente, na altura do quilômetro 800 do prolongamento da ferrovia da Sorocabana. A estação situava-se no começo da fazenda denominada Pirapó-Santo Anastácio, que Goulart herdou da família. No alto do Tamanduá ergueu um rancho para alojamento dos homens. Armou ainda outro rancho no Córrego do Veado.

Ele veio tomar posse, para se tornar fazendeiro e lotear terras que seriam vendidas para o plantio de café. Passou a vender pessoalmente os lotes de terra, “*sem planificação, sem capital senão a própria terra herdada de uma época em que tudo era desconhecido e se faziam grandes posses*”. (ABREU, 1972, p. 80).

Ao encontrar o engenheiro João Carlos Fairbanks, que planejava a construção da linha férrea e da estação e comandava os peões da Estrada de Ferro Sorocabana, que colocavam os trilhos, o Coronel Goulart pediu-lhe para desenhar a planta urbana e demarcar uma avenida, bem na frente da estação. O engenheiro demarcou dois piquetes no início da futura Avenida Washington Luiz, cruzamento com a Avenida Brasil, na distância de vinte e seis metros e quarenta centímetros um do outro, largura das futuras avenidas da localidade.

O Coronel Goulart pediu a Dr. Fairbanks que lhe

projetasse um núcleo urbano defronte à estação, na mata virgem que então cobria o local. Esclareceu que desejava abrir uma fazenda confrontando com a cidade e iniciar loteamento de suas terras. Pediu que traçasse o limite entre a futura fazenda e a futura cidade. [...]. Este traçado hoje é a Avenida Washington Luís. Ela ficou como base do arruamento futuro do núcleo. Depois disto, o Coronel Goulart deu ordem a seus homens para que no dia seguinte, 14 de setembro de 1917, iniciassem a derrubada do mato e fizessem uma roça de milho (ABREU, 1972, p. 59-60).

Desse ponto surgiu uma vila, um centro de abastecimento para os colonos que chegavam e se fixavam nos lotes vendidos pelo coronel. Logo a localidade se expandiu, surgindo a Vila Goulart. Promoveu a urbanização do núcleo fundado por ele, traçando os quarteirões pensados por Fairbanks e vendendo os lotes urbanos com muitas facilidades, porque era seu objetivo povoar a cidade para impulsionar a venda de lotes rurais.

O Coronel Goulart fez várias outras viagens de Assis até a localidade. “*Construiu um rancho de pau-a-pique coberto de tabuinhas na esquina das atuais avenidas Washington Luis e Avenida Brasil. [...]*” e desenhou o anteprojeto da planta da futura cidade “*e depois contratou o agrimensor prático Cássio Rowlston da Fonseca para fazer a planta definitiva do núcleo. As ruas não receberam nomes, tendo apenas números nos quarteirões*” (ABREU, 2007, p. 36). Rowlston também conferiu e coordenou os trabalhos de medição de ruas e lotes.

Nas viagens feitas a Assis, o Coronel Goulart atuou como vendedor de suas terras. Logo apareceram alguns interessados, que foram os primeiros compradores: João Peretti e seu irmão, Manoel Martins de Oliveira e os japoneses Kawamura, Ishei e Kataoka, todos comprando glebas rurais.

Em um primeiro momento, tivemos uma população rural maior

do que os habitantes da vila. Porém, esse contingente dependia do núcleo urbano para sua sobrevivência. Dependiam do abastecimento efetuado pelos estabelecimentos comerciais.

Na cidadezinha, registrava-se grande efervescência. Os maquinistas de café, os bares, os secos e molhados, as pensões, as lojas de tecido. Operários colocando tijolo sobre tijolo, tábuas ao lado de tábuas, fazendo surgir as residências, as casas de comércio. Caixeiros-viajantes que a cada visita encontravam mais pessoas e mais negócios (SANTOS, 2002, p. 5-6).

A Estrada de Ferro Sorocabana

A expansão da rede ferroviária foi outra condição fundamental para o crescimento da localidade. As vilas se formaram ao redor das estações ferroviárias, a única possibilidade de acesso naquele momento.

À medida em que avançava, a Estrada de Ferro Sorocabana foi inaugurando pequenas estações no meio da mata virgem. Quando alcançou a pequena gleba Água do Veado, futura Presidente Prudente, já encontrou organizado um núcleo populacional, que servia como base de subsistência para as áreas rurais do entorno.



Crédito: MAHPASN.

Figura 3: Estação de trem da Alta Sorocabana, construída em cada uma das futuras cidades da região. Presidente Prudente – 1923

Antes mesmo de serem atingidas pela estrada de ferro, já em 1916 e 1917, futuras aglomerações como Presidente Prudente e Santo Anastácio viram afluir os primeiros pioneiros. O povoamento desencadear-se-ia com a circulação dos primeiros trens, coincidindo as datas, com poucos meses de diferença. Enquanto na Noroeste os trilhos haviam precedido o pioneiro, o que em outras áreas não havia acontecido, na Alta Sorocabana, além de Assis, o que houve foi sincronismo entre a marcha do povoamento e o avanço da estrada de ferro (MONBEIG, 1984, p. 197).

A estrada de ferro trouxe esperança e simbolizava a oportunidade de melhoria de vida. As estações eram o ponto de encontro de todos, fosse para esperar parentes e conhecidos, observar os novos aventureiros ou simplesmente deixar o tempo passar.

A Estação era o ponto de chegada e o ponto de partida. A festa da chegada era a mesma da partida. A dor desta ou daquela entrelaçava-se de esperança, de fé e de otimismo. Viver era viajar. Desfraldar as velas da imaginação. Sonhar aqui e tornar a sonhar ali. Em cada estação, um grupo de moças passeando de braços dados, olhando, de soslaio, para os passageiros, buscavam a emoção paralela dos trilhos de ferro, para, quem sabe, em algum lugar da vida, se encontrarem. Com o trem de ferro, havia velocidade e o universo girava. Os passageiros de vagões de primeira ou segunda classe picotavam o bilhete de andanças em busca de desenvolvimento, do lugar que haveria de ser raiz para uma nova vida (RESENDE, 2006, p.172).

A chegada de imigrantes e migrantes

A inauguração da estação ferroviária e o tráfego normal de trens a partir de 19 de janeiro de 1919, acelerando o povoamento tanto rural quanto urbano, chamou a atenção do Coronel José Soares Marcondes, que em fins desse mesmo ano chegou a Presidente Prudente, com o mesmo intuito do Coronel Francisco de Paula Goulart. Havia adquirido a Fazenda São José e foi encarregado da venda de terras da gleba Montalvão, da família de Amador Nogueira Corrêa. Veio acompanhado do Francisco Cunha, apelidado o Picadeiro, pois abria picadas na mata, demarcava lotes e abria estradas, dividindo as terras para que fossem vendidas.

Esses lotes foram surgindo na gleba Montalvão, cedida ao Coronel Marcondes por Amador Nogueira Cobra para a criação de um núcleo urbano. Ele loteou suas terras por intermédio da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio e criou a Vila Marcondes para abastecer de gêneros, criar escolas e trazer médicos para os novos

habitantes do lugar.

Inicialmente ele loteou 4.700 alqueires no bairro Montalvão, distribuídos em lotes de cinco a vinte alqueires. Ele lançou uma grande campanha publicitária no Estado de São Paulo e até para o exterior, que anunciava terras baratas e com acesso direto viabilizado pela estrada de ferro em vagões especiais para seu empreendimento. Isso atraiu “*imigrantes recém-chegados, colonos desejosos de se tornarem proprietários rurais, profissionais liberais ambiciosos de fortuna e prestígio.*” (ABREU, 1996, p. 18).

Dessa forma, “com uma estrutura comercial mais ampla e mais organizada, o Coronel Marcondes dinamizou a venda de terras na Alta Sorocabana, beneficiando-se da política da valorização do café [...]” (ABREU, 1972, p. 74). Ele inicialmente financiou os interessados em “*abrir pensões para alojar os pioneiros*”, infraestrutura mínima necessária naquele começo da cidade (ABREU, 1972, p. 77).



Crédito: MAHPASN.

Figura 4: Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. 1922.

Desde o início de seu desenvolvimento, a localidade sofreu concorrência política e econômica. A Gleba Montalvão foi destinada à comercialização de terras, sendo a Vila Marcondes, seu núcleo urbano, apenas o ponto de apoio. Do lado da Pirapó-Santo Anastácio, a vila começou a crescer também a partir da venda de terras, mas como havia interesses políticos por parte do Coronel Goulart, houve a preocupação com as questões sociais e com a infraestrutura nas áreas de saúde e educação, além de auxílio financeiro a quem estivesse interessado em montar um novo negócio. *“A esses, dava-lhes um financiamento para a construção de armazéns e, também, pensões, para abrigar as pessoas*

trazidas pelos trens da Sorocabana.” (RESENDE, 2006, p.25).

Percebemos que a preocupação inicial de ambos era prover as vilas com uma infraestrutura básica, com armazéns de alimentos e produtos de saúde, médicos e de dispor de número suficiente de leitos para aqueles que chegavam, até que pudessem ter sua própria casa.

A notícia de que as terras das fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Montalvão eram boas se propagou: Os imigrantes vieram, depois os migrantes, todos atraídos pelas boas terras vendidas pela Cia. Marcondes e pelo Cel. Goulart. Chegavam de trenzinho, o barulhento trenzinho de madeira da Estrada de Ferro Sorocabana. Vinham de todas as partes, Italianos procedentes do norte da Itália, principalmente da província de Treviso. Camponeses, na maior parte (RESENDE, 2006, p. 49).

Presidente Prudente cresceu em volta da estação de trem. De um lado, a Vila Marcondes e, de outro, a Vila Goulart, ambas com o objetivo de dar suporte aos que chegavam para plantar e viver em seus lotes. *“Presidente Prudente nasceu como resultado da expansão cafeeira pelo extremo oeste do Estado de São Paulo, amparada pelo prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana em demanda ao Rio Paraná.”* (ABREU, 2007, p. 33). Em 1919 o nome da Estação da Estrada de Ferro Sorocabana foi definido. *“[...] em 1919, se deu à estação de trem o nome de Presidente Prudente, para homenagear o ex-presidente da República, Prudente de Moraes, o lugar recebeu seu batismo definitivo [...]”* (SANTOS, 2002, p.2).

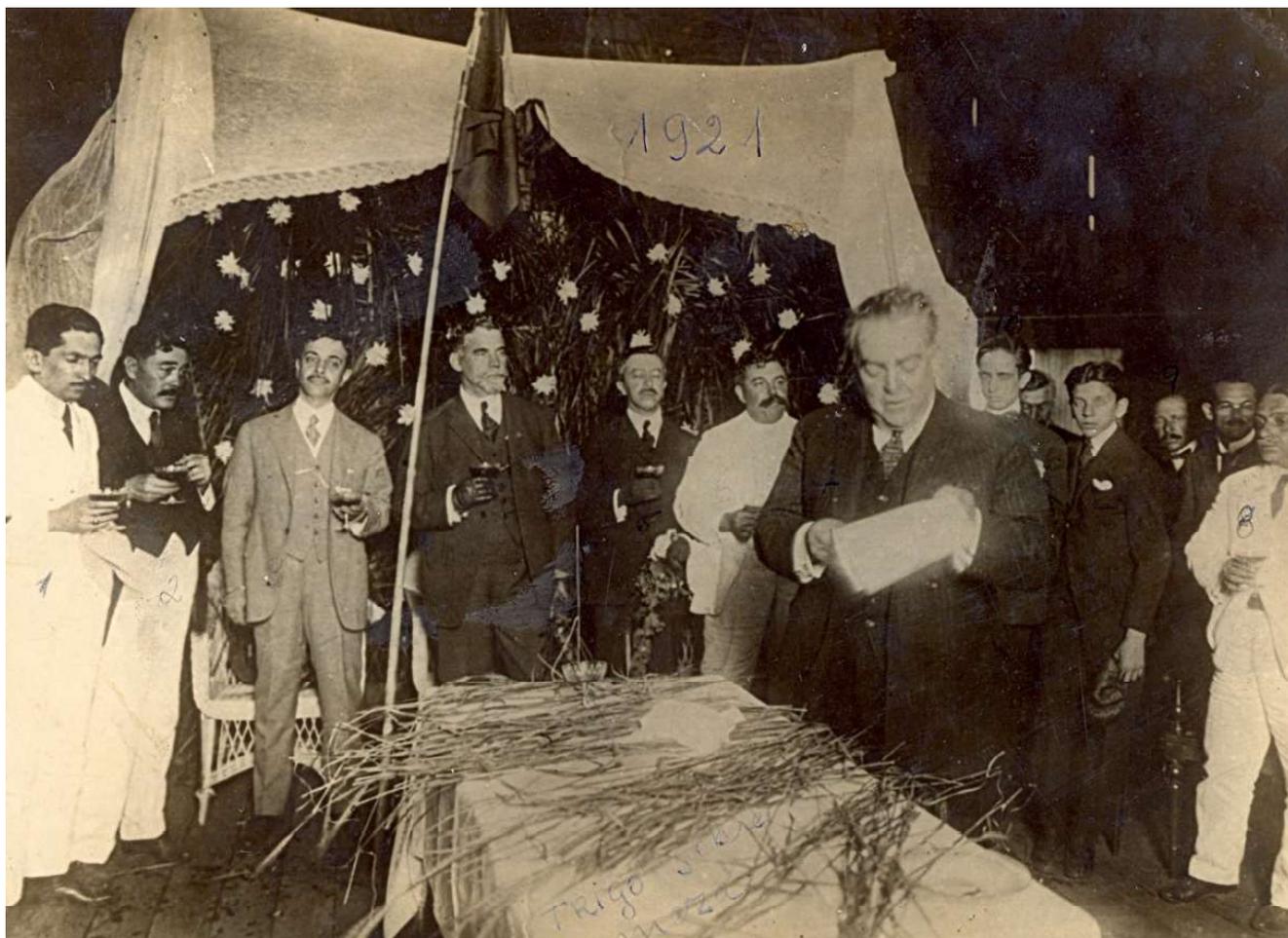
A rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se profundamente benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores. Essa concorrência acabou por oferecer datas, nas vilas, quase de graça, a quem desejasse montar uma padaria, uma farmácia ou um

bar (LEITE, 1972, p. 154). Assim, paralelamente, cresciam as duas vilas, Goulart e Marcondes, produtos da colonização das Fazendas Pirapó-Santo Anastácio e Montalvão, separadas pelos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana (RESENDE, 2006, p.25).

As duas vilas se uniram e a povoação recebeu vários nomes. Inicialmente chamava-se Alto Tamanduá. Depois ficou conhecida como Patrimônio do Veado, pelo Córrego do Veado, que passava próximo. Como não foi do agrado da população, foi sugerido Patrimônio da Anta, porque lá havia muitas delas. Montalvão foi um terceiro nome, mas durou pouco. Finalmente a cidade recebeu o nome da estação ferroviária, Presidente Prudente, em homenagem a Prudente de Moraes, o nosso primeiro presidente civil brasileiro batizada pelo filho dele, quando esteve aqui para inaugurar o tráfego dos trens.

Oficialmente as vilas Marcondes e Goulart pertenciam ao município de Conceição de Monte Alegre e à comarca de Campos Novos do Paranapanema. Além da cobrança dobrada de impostos por conflito de jurisdição, os moradores não recebiam nenhum tipo de benfeitoria. *“Serviços de conservação de estradas, de ruas, iluminação pública, água e outros melhoramentos eram realizados pelos próprios moradores, ou por Goulart, ou por Marcondes, responsáveis pela colonização.”* (ABREU, 2007, p. 40). Por isso, logo a população reivindicou a autonomia da localidade.

Em sua visita à cidade, em 13 de outubro de 1921, o Presidente do Estado (Governador) Prudente de Moraes efetivou o pedido, pois ele saiu sensibilizado pela pujança da localidade.



Crédito: MAHPASN.

Figura 5: Foto do palco do Cine Teatro Santa Emília, com a mesa enfeitada com ramos de espigas de milho e palmas de juta na visita de Prudente de Moraes em 1921.

Pelo projeto número 21 foram criados os distritos de paz de Santo Anastácio e de Presidente Prudente e o município de Presidente Prudente. “*Depois de passar pelos trâmites legislativos normais, foi aprovado e sancionado pelo Presidente do Estado, tornando-se a Lei nº 1.798 de 28/11/1921.*” (ABREU, 2007/2, p. 46).

A cidade, então, passou a ganhar infraestrutura e a ter autonomia; porém, ainda durante muitos anos, a população vive sob as ordens expressas dos coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes. O domínio do coronelato definiu ainda por muitos anos a vida política e social e, ao lado da igreja, a vida religiosa.

Com a queda do cultivo de café, na década de 1930, a região experimentou um novo ciclo, o cultivo do algodão, que trouxe indústrias à cidade, como a Matarazzo, Lótus e Sandler e que redefiniu o momento econômico local.

Conclusões

Fica evidente que os coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes tiveram interesse em manter essa oligarquia regional, com uma autonomia quase total em relação ao poder central, pois era de seu interesse a localidade permanecer como foco de poder privado. Ambos atuaram como mediadores, dominando a política local, fazendo arranjos com o governo estadual e federal. Não lhes era interessante a existência de um centro nacional forte, interferindo nos assuntos locais. *“Os novos arranjos lhes eram até convenientes, pois lhes davam carta branca na manutenção das situações reinantes localmente nos planos político, econômico e social.”* (CINTRA, 1974, p. 36).

A literatura sobre a política tradicional mostra como, até recentemente, em extensa área do interior, o poder de vida e morte sobre a população residia nas mãos dos donos da terra. A terra, distribuída de modo muito desigual, constituía a principal fonte de poder, e a maior parte da população dela dependia para sua subsistência. A segurança e a justiça não eram proporcionadas pela autoridade pública, mas pelos proprietários, cuja autoridade ‘fundava-se, em última análise, na capacidade de fazer cumprir as suas resoluções, ainda que pela força [...]’ (CINTRA, 1974, p. 42).

O coronelismo, fixado pelos homens de influência da localidade, definiu as regras e o sistema de intermediação entre a população rural e urbana prudentina e o processo político nacional. Eram eles que escolhiam

em quem votar, quem seriam os vereadores, o prefeito e toda a estrutura burocrática da localidade. Não podemos deixar de pensar no isolamento, na distribuição desigual da terra e na escassez de empregos, fatores “*que tornam a população dependente dos senhores da terra e das pessoas de alta posição em geral.*” (CINTRA, 1974, p. 51).

Aliado a esse fator, observamos que nos diversos ciclos migratórios, ou seja, da posse da terra por homens fugidos de situações conflituosas, dos migrantes e dos imigrantes, em particular os italianos, houve um processo de readaptação à nova realidade, de rupturas com o passado, de adequação das estruturas identitárias, e, finalmente, de transformação com base em um novo sentido de pertencimento ao local e de uma nova identidade, gerando especificidades sociais e culturais, que tornaram Presidente Prudente uma cidade singular.

Referências bibliográficas

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972.

_____. **Poder político local no populismo: Presidente Prudente (SP) 1928-1959**.

_____. Como foi fundada Presidente Prudente. *In*: D`INCAO, Maria Angela. **Presidente Prudente: Capital Regional**. Presidente Prudente, São Paulo: Letras À Margem, 2007. p. 33-38.

_____. A visita do presidente. *In*: D`INCAO, Maria Angela. **Presidente Prudente: Capital Regional**. Presidente Prudente, São Paulo: Letras À Margem, 2007/2. p. 39-46.

BALÁN, Jorge (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CÂNDIDO, Antônio. Cururu. **Revista Remate de Males**, São Paulo, número especial, p. 37-58, 1999.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

_____. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CINTRA, Antônio Octavio. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *In*: BALÁN, Jorge (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

D'INCAO, Maria Ângela. **Presidente Prudente**: capital regional. São Paulo: Letras À Margem, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. **The conditions of post-modernity**. Oxford: Oxford Universit Press, 1989.

LACLAU, Ernest. **New reflections on the resolution of our time**. Londres: Verso, 1990.

LINHARES, Andrey Aparecido Caetano. **A produção e a reprodução da identidade cultural caipira em Mossâmedes – GO**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2005. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

LUZ, Érica de Campos Vicentini da. *et al.* **Presidente Prudente**: uma cidade, muitas histórias. Presidente Prudente: Cipola, 2012.

MAHPASN. Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto. Cessão das fotos.

MENEZES, Eduardo de Almeida. **Moda de viola e modos de vida**: as representações do rural na moda de viola. 2008. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: Jornal Acontece Botucatu.

<http://www.acontecebotucatu.com.br/default.asp?id=noticias&codigo=16947>. Acesso em: 17 set. 2014.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984 .

PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé do fogo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

RESENDE, Benjamin. **Raízes prudentinas 2**. Presidente Prudente: Ed. Do Autor, 2006.

_____. **Raízes prudentinas 3**. Presidente Prudente: Ed. do Autor, 2012.

RIGA, Valmir Medina. Um olhar sobre a fundação do Colégio Cristo Rei. In: LUZ, Érica de Campos Vicentini da. *et al.* **Presidente Prudente: uma cidade, muitas histórias**. Presidente Prudente: Cipola, 2012.

SANTOS, Valdery. **Câmara Municipal: seus caminhos e personagens da história de Presidente Prudente**. 2002.